

A Política em Sergipe Provincial (1820-1889)

Ibarê Dantas¹

Resumo

O objetivo desse artigo é apresentar uma pequena síntese da formação do Estado no século XIX, durante o período imperial, aqui dividido em fases para efeito didático. Para tanto, após situar Sergipe no quadro nacional, discorreremos sobre o processo de sua independência, considerando as relações dos grupos dominantes entre si, bem como em face dos governos provinciais e do Poder Central. Nesse sentido, tencionamos observar a formação de grupos dominantes, o surgimento de agremiações envolvidas em competições, divisões, discórdias e conflitos de duração variada. Os enfrentamentos, seguidos por tréguas, acordos e submissão às forças predominantes. Em meio a essas dificuldades, investigamos como a convivência pacífica paulatinamente conformou-se, as regras eleitorais se generalizaram e os resultados foram acatados. Em consequência, as disputas passaram a obedecer padrões normativos e as demandas dos grupos influentes foram negociadas. Enfim, foi-se moldando o sistema representativo, a legitimidade fortaleceu-se e as instituições adquiriram funcionalidade, estimulando o progresso social.

Palavras-Chave: Sergipe. Formação do Estado. Grupos Dominantes.

Abstract

The purpose of this article is to present a short summary of state formation in the nineteenth century, during the imperial period, here divided into phases for didactic purposes. Therefore, after understanding Sergipe's placement in this national panorama, this paper discusses the independence process, considering the relations of dominant groups among themselves, as well as against Provincial and Central governments. In this sense, we intend to observe the formation of dominant groups, the emergence of associations involved in competitions, divisions, disagreements and conflicts of varying lengths. The fighting were followed by truces, agreements and submission to the prevailing forces. In the midst of these difficulties, we investigate how the peaceful coexistence gradually settled, electoral rules were expanded and the results were accepted. As a result, disputes began to comply with regulatory standards and the demands of influential groups were arranged. Anyway, the representative system was shaped, the legitimacy strengthened and institutions acquired functionality, stimulating social progress.

Keywords: Sergipe. State Formation. Dominant Groups.



1 José Ibarê Costa Dantas, *Doutor Honoris Causa* pela UFS, exerceu a presidência do IHGSE no período de 19.12.2003 a 19.01.2010, é autor de obras sobre a História de Sergipe.

para a Junta Governativa e para representante na Constituinte Nacional, os incidentes do pleito voltaram a dificultar a formação do sistema representativo. Dessa forma, a instabilidade predominou até a posse do primeiro presidente nomeado pelo Imperador, um experiente sergipano, o brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira.⁵

A Difícil Institucionalização (1824-1835)

A partir de 1824 até 1835, vivemos uma fase de institucionalização da ordem política dentro do ordenamento jurídico, que promanava do governo central como a Constituição outorgada (1824), a criação da Guarda Nacional (1831), além da formação da Regência Trina decorrente da abdicação de D. Pedro I.

Já no período regencial, foi editado o Ato Adicional que se acrescentava à Constituição, ensejando novas interpretações de tendências centralizadoras. Os Conselhos Gerais foram substituídos pelas Assembleias Legislativas, mas as Províncias tenderiam a perder prerrogativas. Apesar do controle de tendência conservadora, Sergipe vivenciou avanços significativos em meio a dificuldades. Basta lembrar de alguns dos problemas encontrados pelo primeiro presidente nomeado pelo Imperador. Ao tentar sanear as finanças, por exemplo, constatou-se que, em fase anterior, no intuito de conquistar o apoio dos proprietários, fora criada uma tropa de primeira linha que remunerava generosamente seus membros, dificultando o equilíbrio das finanças públicas.⁶

Quando o novo presidente tentou acabar com esse privilégio, despertou muitos descontentamentos. Como se não bastasse, seu secretário Rebouças, uma espécie de operador no governo, expressando ideias abolicionistas, despertou a ira dos proprietários que se juntaram e tentaram depor o presidente que teve de deixar a capital. Ao controlar a situação, houve prisões, processos, e a situação ficou insustentável, abreviando sua saída para 15.02.1825.⁷

Os governantes que lhe sucederam revelaram-se em geral mais conciliadores e realizadores, mas nem por isso deixou de haver manifestações antilusitanas, revoltas de escravos e de índios. Ademais, as divisões internas entre os proprietários, fracionados entre corcundas e liberais, como grupos partidários nascentes, ainda pouco afeitos à convivência civilizada, geraram tensões que rebentariam em 1836.⁸

5 Ver Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial I*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 2000, p. 79.

6 Cf. Vanessa dos Santos Oliveira. *O Governo de Manoel Fernandes da Silveira e as Dificuldades para Consolidação da Autonomia Sergipana (1824)*. 2004. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

7 Cf. Vanessa dos Santos Oliveira. *Ob. Cit.*, 2004.

8 Ver Antonio José da Silva Travassos. *Memorial Histórico da Província de Sergipe*. Aracaju: SEC, 2004.



A Eleição de 1836, a Revolta de Santo Amaro e a Crise Política (1836-1842)

O quarto período (1836-1842) atravessou a segunda fase das regências e foi marcada por sedições, entre as quais a Revolução Farroupilha (1836) e a Sabinada na Bahia (1837-1938).

Em Sergipe, a competição que vinha se travando entre dois grupos de proprietários, envolvendo interesses políticos e econômicos, entre os quais o controle do escoamento do açúcar, exacerbou-se com as tentativas de elevar a povoação de Maroim à vila, em detrimento de Santo Amaro.

A fraude eleitoral escandalosa de 1836 agravou as dissensões. Os opositores, sem alternativas, partiram para o confronto e, quando se encontraram em situação vantajosa, aceitaram a trégua para negociação. Os governistas inesperadamente desencadearam novos ataques, invadiram a vila de Santo Amaro, saquearam-na e dedicaram-se à repressão dos derrotados.⁹

Era uma cisão das elites econômicas e políticas, que resultou no estabelecimento de novo domínio sob a marca da coerção, impôs grandes constrangimentos políticos e desorganizou as instituições nascentes, configurando uma fase de atraso e estagnação. A crise foi de tal ordem ao ponto de Sergipe ficar sem representação na quarta legislatura da Câmara dos Deputados.¹⁰ Nesse tempo, Sebastião Gaspar de Almeida Boto (1802-1884) era a figura de maior destaque pela dominação forte de governante despótico, exercendo grande controle sobre praticamente toda a província. Associado com Bento de Melo Pereira, o Barão de Cotinguiba, e o influente José Pinto de Carvalho, ele montou um grupo forte e passou a dirigir a política sergipana com apoio dos regentes nacionais.

Com a ascensão de D. Pedro II, dentro do movimento da Maioridade, somente no segundo ministério, em 1842, decidiu atender às reclamações dos sergipanos, indicando para presidente Anselmo Francisco Pereti (1842-1944) com a finalidade de “reabilitar a malfadada Província.”¹¹

Transição Forçada (1842-1852)

No momento em que ocorriam as Revoltas Liberais em Minas Gerais e São Paulo (1842), o Imperador indicava governantes com o objetivo de melhorar a administração pública provincial e enfraquecer a liderança de

9 Cf. F. A. Carvalho Lima Júnior. Revolução de Santo Amaro. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, fascículos III e IV, v. II, 1916.

10 Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju, Funcaju, 1 vol., 2000, p.145.

11 Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Ob. cit.*, 2000, p.131.

Boto. Mas os governos reformadores encontraram dificuldades¹² diante da força política do líder do grupo dos rapinas, como passou a ser chamado o Partido Legal após o saque da vila de Santo Amaro.

Quando a situação se manifestava desfavorável para Almeida Boto, este exercitava manobras políticas. Tentava conciliar-se com tradicionais adversários e fazia alianças impensáveis, demonstrando grande empenho em manter-se governista.

Enquanto, no plano nacional, a Revolução Praieira (1848) e a abolição do tráfico intercontinental de escravos davam sinais de inquietação social e de algumas mudanças, internamente as lutas entre políticos continuavam, como ocorreu em Itabaiana, e Almeida Boto resistia em ceder o controle da política de Sergipe.

Ampliando sua intervenção, o governo imperial tentou controlar a representação sergipana na Câmara dos Deputados, vetando alguns candidatos e recomendando outros. Mas houve rebeldias, entre as quais a do então presidente da Província, Zacharias de Góis e Vasconcelos (1815 - 1877), que se elegeu deputado geral fora do esquema ministerial.

Era uma indicação de que a força do Monarca era limitada diante da influência do patronato local.

O Domínio Conservador (1852-1862)

Durante a década de 1850, marcada pelo predomínio de ministérios conservadores, a Província de Sergipe viveu um surto de modernização com a mudança da capital, mas também passou por duas grandes crises: a de epidemia de cólera, que dizimou parte da população, e a proporcionada por secas, que teve como consequência a carência de gêneros alimentícios.¹⁵

Dentro da estrutura de poder local, o Barão de Maroim (1809-1890), apoiado por alguns ministros, foi a figura dominante, merecendo aqui um destaque especial. Descendente de família de senhores de engenho, João Gomes de Melo vivenciou a experiência de comerciante na Bahia e, ao retornar para Sergipe, casou-se com viúva proprietária de amplo patrimônio. Dispondo de grande cabedal, articulou-se nacionalmente, fez amizades influentes, recebeu o título de barão (1848), mudou de partido várias vezes e, com a ascensão do gabinete conservador em 1852, foi ajudado pelo presidente da Província, José Antonio de Oliveira Silva, que o protegia e perseguia seus adversários.¹⁴

12 Anselmo Francisco Pereti, Manoel Vieira Tosta, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, Joaquim José Teixeira, Zacharias de Góis e Vasconcelos e Amâncio João Pereira de Andrade.

13 Cf. Maria da Glória Santana de Almeida. *Nordeste Açucareiro (1840-1875)*, desafios num processo do vir a ser capitalista. Aracaju: UFS-SEPLAN-BANESE, 1993.

14 Ver Aurélio Vasconcelos de Almeida. *Esboço Biográfico de Inácio Barbosa*. Aracaju, Funcaju, 1 vol., 2000, p. 198-199.



Nessa conjuntura, o Barão candidatou-se a deputado geral em 1853 e elegeu-se sucessivamente até 1861, quando foi escolhido senador vitalício. Nesse meio tempo, manifestou-se contra a política de Conciliação Nacional e influenciou na mudança da capital sergipana em 1855.

Sendo vice-presidente, com a morte por cólera-morbo do gestor operoso Inácio Joaquim Barbosa (1821-1855), o Barão passou a administrar a Província por cinco meses enquanto a epidemia dizimava a população sergipana.

Apesar da sua astúcia como político, que sabia utilizar seus recursos, não foi escolhido senador vitalício, cargo ao qual concorreu em 1857. Contrariado, viajou à Europa e, ao retornar no ano seguinte, encontrou a esposa morta. Eleito senador vitalício em 1861, foi acusado da morte de uma enteada no mesmo ano. Respondeu a processo, quando deixou patente sua inocência, e passou a residir no Rio de Janeiro, mas continuou com influência na política local, sobretudo nos períodos de domínio do partido conservador, quando procurava promover interesses dos sobrinhos.¹⁵

A gestão da ordem liberal-representativa era mesclada de práticas patrimonialistas, enquanto se confundiam interesses privados com os públicos.

O Interregno Liberal (1862-1868)

Apesar das tendências patrimonialistas, os perfis dos partidos políticos plasmavam-se com algumas diferenciações. Os liberais defendiam a soberania popular, o Senado eletivo, a descentralização e a extinção do Poder Moderador; enquanto os conservadores manifestavam-se favoráveis à centralização e a manutenção do Poder Moderador com todas as suas prerrogativas políticas e administrativas.¹⁶

Pouco tempo depois da ascensão dos liberais, formou-se a Liga Progressista (1864-1868), como partido que aglutinou liberais descontentes e conservadores dissidentes, no sentido de amenizar as tensões políticas que se acumulavam na luta parlamentar. Mas, em Sergipe, desconhecemos essa fusão, ainda que temporária. Os opositoristas perderam os cargos, assim como vários funcionários simpatizantes dos adversários perderam empregos.

Essa foi a prática da experiência parlamentarista no Império. Sem o estatuto da estabilidade funcional da máquina pública, toda vez que havia alternância de poder, a administração provincial sofria grande alteração. Os presidentes de Província, que, no Segundo Reinado, eram pessoas de

15 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

16 Ver Raimundo Faoro. *Os Donos do Poder. Formação do Patronato Político Brasileiro*. vol. I. Porto Alegre, São Paulo; Globo-EUSP, 1975, p. 322 e URICOECHEA, Fernando. *O Minotauro Imperial*. São Paulo: Difel, 1978.

fora, nomeadas pelo Imperador, ajudavam a fazer as derrubadas para favorecer o partido governante.¹⁷

Nessa conjuntura, as principais lideranças liberais eram três. O primeiro, Antonio Dias Coelho e Melo (1822-1904), de linhagem de uma das famílias mais prósperas e prestigiadas da Província. Quando D. Pedro II esteve em Sergipe, em janeiro de 1860, não obstante o domínio dos conservadores, visitou o Engenho Escurial de Antonio Dias Coelho e Melo, que depois (1867) seria agraciado com o título de Barão de Estância e mais tarde chegaria a senador vitalício. O segundo, José de Barros Pimentel (1817-1893), foi um parlamentar que exerceu vários mandatos. O terceiro, José de Faro Rolemberg, embora fosse um proprietário rural de família tradicional, filho do Barão de Japarutuba, recusou o título de Barão e revelou-se o mais esclarecido dos três, inclusive em relação ao trabalho escravo.

No conjunto, foi uma fase de pequenas realizações, pois a declaração de guerra com o Paraguai, em 1864, absorveu muitas energias, inclusive na arrematamento de “voluntários”, caçados à força, muitas vezes em dias de feira.

O Retorno dos Conservadores (1868-1878)

Quando, em 1868, D. Pedro II dissolveu o gabinete liberal que contava com maioria na Câmara dos Deputados, provocou uma cisão na seara dos luzias, como também eram chamados os liberais, que passaram a ter duas facções: moderados e radicais. Os conservadores retornaram ao governo e ficaram mais dez anos, porém o ambiente político emitia sinais de mudanças. O referido grupo radical optou pela causa republicana, assinou o manifesto de 1870, enquanto as críticas ao Poder Moderador, que eram uma constante entre os liberais, se acentuaram. Ademais, o debate sobre a escravidão ampliou-se, levando à aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871.

Em Sergipe, o domínio dos conservadores processou-se de forma repartida. O Barão de Maroim (1809-1890), que fora a liderança predominante na década de 1850, teve de coexistir partilhando a dominação com outras forças políticas. Como, desde 1855, a lei eleitoral estabelecia a divisão da Província em círculos, cada um dos distritos elegia um representante na Câmara dos Deputados. Em cada área firmou-se uma liderança específica. Quando havia mais de um chefe num mesmo distrito, passavam a disputar entre si. Nos pleitos da década de 1870, o Barão de Maroim ainda pretendeu controlar mais de um círculo em proveito de seu sobrinho Menezes Prado, mas foi impedido pela influência de Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1909), que disputava o mesmo espaço. Enquanto isso, no sul

17 Cf. Joaquim Nabuco. *Um Estadista do Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

da Província, João Dantas Martins dos Reis (1830-1890) tornou-se a personalidade predominante.¹⁸

Apesar das disputas internas, o jogo partidário ganhava autonomia.¹⁹ As interferências do poder central reduziam-se à indicação dos presidentes da Província e ao atendimento das nomeações para os cargos públicos, o que não era pouco.

Os Liberais Divididos (1878-1885)

Na segunda metade dos anos setenta do século XIX, a proposta por eleição direta ganhou muita aceitação. A votação em dois turnos, exercida desde o início do Império, exigia determinada renda apenas dos votantes do segundo grau, ou seja, daquele grupo que fora selecionado no primeiro escrutínio para eleger os candidatos. Com a ascensão dos liberais, D. Pedro II convidou o arguto político liberal baiano José Antonio Saraiva (1823-1895) a apresentar projeto de reforma eleitoral que se transformou, em 1881, em lei. Como o sistema generalizou a exigência da renda que antes era restrita aos votantes do segundo grau, tal norma resultou na redução dos votantes. Por isso, a lei recebeu muitas críticas, embora cumprisse um dos princípios do Partido Liberal.²⁰

Em Sergipe, como de praxe, os conservadores foram demitidos, mas o que marcou esse período foi a briga interna entre os liberais. O chefe partidário Antonio Dias Coelho e Melo, o Barão de Estância, além de estar com relações cortadas com o ex-parlamentar José de Barros Pimentel, teve problemas de relacionamento com vários correligionários, inclusive com o cunhado, comendador Sebastião Gaspar de Almeida Boto.²¹

No que se refere ao trabalho escravo, o movimento abolicionista prosperou com Francisco José Alves (1826-1896), que criou a Sociedade Libertadora Pai Tomaz e encontrou solidariedade de alguns políticos.²² Mas entre os liberais, sabemos apenas do jovem Sancho de Barros Pimentel e do senhor de engenho José de Faro Rolemberg como simpatizantes da abolição. Tudo indica que diante da escravidão, os liberais de Sergipe, no conjunto, pouco diferiam dos conservadores.²³

18 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

19 Ver F. A. Carvalho Lima Júnior. Memória sobre Legislativo, em Sergipe (1824 a 1889). *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Aracaju, n. 8, 1929.

20 Ver Sérgio Buarque (dir). *O Brasil Monárquico* (vol. 5 a 7). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

21 Este período pouco conhecido é mais um que continua à espera da investigação dos historiadores locais.

22 Ver Maria Nely Santos. *A Sociedade Libertadora: "Cabana do Pai Thomaz", Francisco José Alves, uma história de vida e outras histórias*. Aracaju: J. Andrade, 1997.

23 Cf. Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.



Os Conservadores Numa Fase de Decadência (1885-1888)

Nos anos 1880, as discussões sobre a abolição do trabalho escravo se acentuaram, os liberais dividiram-se e demonstraram escassa objetividade para encaminhar a questão. Diante desse impasse, o Imperador chamou o Barão de Cotegipe, um escravocrata convicto, mas conservador arguto, para organizar o ministério que aprovou a Lei dos Sexagenários, como mais um passo no caminho da abolição.²⁴

Em Sergipe, ao tempo em que os liberais eram demitidos, o referido Barão atendia os pleitos dos conservadores, em geral no sentido de ocupar a máquina pública sem sinais evidentes de melhoria nos métodos de operar a política. Apenas, dentro do Partido Conservador, surgiam novas lideranças, como o padre Olympio de Souza Campos (1853-1906) e o bacharel José Luis de Coelho e Campos (1843-1919), que foram eleitos para representar a Província no parlamento nacional.²⁵

Entre os oposicionistas, começam a despontar também alguns intelectuais na colaboração de jornais e na defesa dos ideais republicanos. Orientados por Sílvio Romero, escritor de prestígio que vivia no Rio de Janeiro, lançaram manifesto, tentaram organizar um novo partido, mas os resultados eleitorais foram fracos.²⁶

Quando foi decretada a abolição, a maioria do patronato sergipano utilizava-se de cativos como sua principal força de trabalho.²⁷

Faltando poucos meses para a proclamação da República, o Imperador chamou os liberais para organizar um novo gabinete.

Em Sergipe, os liberais ainda estavam se organizando para definir as diretrizes administrativas quando os militares intervieram, pondo fim à ordem monárquica parlamentarista.

Conclusões

Apesar da emancipação de Sergipe em relação à Bahia, a institucionalização do Estado, a modernização dos meios de produção e dos costumes políticos se processaram de forma lenta. As dissensões internas, que vinham crescendo desde os anos vinte, resultaram na revolta de 1836, que retardou a convivência política formalizada.

24 Ver Wanderley de Araújo Pinho. *Cotegipe e seu tempo*. Primeira fase: 1815-1867. São Paulo: Nacional, 1936.

25 Cf. Ibarê Dantas. *Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825-1908). O patriarca do Serra negra e a política oitocentista em Sergipe*. Aracaju. Criação, 2009.

26 Maria Thetis Nunes. *Sergipe Provincial II*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2006.

27 Cf. Josué Modesto dos Passos Subrinho. *Reordenamento do Trabalho: Trabalho Escravo e Trabalho Livre no Nordeste Açucareiro*. Sergipe, 1850-1930. Aracaju: Funcaju, 2000.



O governo imperial ampliou sua intervenção vetando candidatos ao parlamento e fazendo expressas recomendações aos presidentes da Província, mas os resultados foram limitados. A força da elite política, formada basicamente de proprietários de engenhos, era uma realidade inegável.

O grande avanço social foi a extinção do trabalho escravo dentro de um movimento nacional. É certo que o jogo partidário contribuiu para socializar as elites dentro do sistema representativo. Mas a participação política deixou muito a desejar. O controle do poder permaneceu circunscrito ao jogo formal das elites políticas.

Apesar disso, o sistema parlamentarista com voto distrital inibiu a afirmação de dominação autocrática duradoura, como ocorreu no período regencial com a figura de Sebastião Gaspar de Almeida Boto.

As dominações partidárias, além de serem partilhadas entre duas, três ou até quatro lideranças, sucediam-se, comportando alternância de poder e evitando a consolidação de oligarquias estratificadas, como iria ocorrer na Primeira República.